

TRATADO
DE
DIREITO
PENAL

Cezar
Roberto
Bitencourt

Volume 1

PARTE GERAL
(Arts. 1º a 120)

30ª edição
revista e
atualizada 2024

saraiva 

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** PA

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar

Bela Vista – São Paulo – SP – CEP

01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato
Cézar **Gerência editorial** Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de

Oliveira Edição Iris Ferrão

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Karina Lourenço Kempter
 Guilherme Salvador
 Lais Soriano
 Rosana Peroni Fazolari
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves
 Carvalho Emily Larissa
 Ferre ira da Silva Kelli Priscila
 Pinto

Diagramação Mônica Landi
Revisão Juliana Bormio
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento A.R.Fernandez

ISBN 978-65-536-0767-9 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-6/9418

86241 Bitencourt, Cezar Roberto
 Tratado de direito penal - volume 1 - parte
 geral / Cezar Roberto Bitencourt. - 30. ed. -
 São Paulo : Saraiva Jur, 2024.
 1.104 p.
 ISBN: 978-65-5362-931-8
 1. Direito. 2. Direito penal. I. Título.

2023-3162

CDD 345

CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

| | |
|------------------|-----|
| 1. Direito Penal | 345 |
| 2. Direito Penal | 343 |
| Penal | |

Data de fechamento da edição: 7-11-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15877 CL 608583 CAE 847784

 ÍNDICE

| | |
|---|--------|
| <i>Publicações do Autor</i> | V |
| <i>Abreviaturas</i> | IX |
| <i>Nota do Autor à 30ª Edição</i> | XXXV |
| <i>Nota do Autor à 26ª Edição</i> | XXXVII |
| <i>Nota do Autor à 25ª Edição</i> | XXXIX |
| <i>Nota do Autor à 20ª Edição</i> | XLI |
| <i>Nota do Autor à 17ª Edição</i> | XLIII |

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I | CONCEITO DE DIREITO PENAL

| | |
|---|---|
| 1. Considerações introdutórias | 1 |
| 2. Conceito de Direito Penal..... | 2 |
| 3. Caracteres do Direito Penal..... | 3 |
| 4. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo..... | 5 |
| 5. Direito Penal comum e Direito Penal especial..... | 6 |
| 6. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo | 7 |
| 7. Direito Penal num Estado Democrático de Direito | 7 |

CAPÍTULO II | PRINCÍPIOS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO ESTATAL

| | |
|--|----|
| 1. Considerações introdutórias..... | 15 |
| 2. Princípio da legalidade e princípio da reserva legal..... | 16 |
| 2.1. Princípio da legalidade e as leis vagas, indeterminadas ou imprecisas | 17 |
| 3. Princípio da intervenção mínima | 20 |
| 3.1. Princípio da fragmentariedade | 22 |
| 4. Princípio da irretroatividade da lei penal..... | 23 |
| 5. Princípio da adequação social | 24 |
| 6. Princípio da insignificância..... | 27 |
| 7. Princípio da ofensividade | 30 |
| 8. Princípio de culpabilidade | 32 |
| 9. Princípio da proporcionalidade | 34 |

| | |
|--|----|
| 10. Princípio de humanidade..... | 38 |
| 11. Princípio da presunção de inocência: grande retrocesso na orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal | 41 |
| 12. Princípio da proibição do retrocesso | 45 |
| 12.1. A correção do retrocesso adotado pelo STF no julgamento do HC 126.292..... | 47 |

CAPÍTULO III | HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

| | |
|---|----|
| 1. Considerações introdutórias..... | 50 |
| 2. Direito Penal Romano..... | 53 |
| 3. Direito Penal Germânico | 55 |
| 4. Direito Penal Canônico..... | 56 |
| 5. Direito Penal comum..... | 58 |
| 6. Período humanitário. Os reformadores | 59 |
| 6.1. Cesare de Beccaria | 61 |
| 6.2. John Howard..... | 63 |
| 6.3. Jeremias Bentham | 64 |
| 7. História do Direito Penal brasileiro..... | 67 |
| 7.1. Período colonial | 67 |
| 7.2. Código Criminal do Império..... | 68 |
| 7.3. Período republicano..... | 69 |
| 7.4. Reformas contemporâneas | 70 |
| 7.5. Perspectivas para o futuro..... | 71 |

CAPÍTULO IV | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL: PRIMEIRA FASE

| | |
|---|----|
| 1. Considerações introdutórias..... | 73 |
| 2. As correntes do pensamento positivista e sua repercussão na Ciência do Direito Penal | 74 |
| 3. Escola Clássica..... | 75 |
| 4. Escola Positiva | 81 |
| 4.1. Cesare Lombroso (1835-1909) | 82 |
| 4.2. Rafael Garofalo (1851-1934)..... | 83 |
| 4.3. Enrico Ferri (1856-1929) | 84 |
| 5. <i>Terza scuola</i> italiana..... | 85 |
| 6. Escola moderna alemã..... | 86 |
| 7. Escola Técnico-Jurídica | 88 |
| 8. Escola correccionalista..... | 89 |
| 9. Defesa social | 91 |

| | |
|--|-----|
| 10. Crise do pensamento positivista | 91 |
| CAPÍTULO V A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL: REFINAMENTO DA ELABORAÇÃO JURÍDICO-DOGMÁTICA | |
| 1. O modelo neokantista | 93 |
| 2. O ontologismo do finalismo de Welzel | 96 |
| 3. Pós-finalismo: o normativismo funcionalista | 100 |
| 3.1. O sistema teleológico-funcional de Direito Penal formulado por Roxin | 100 |
| 3.2. A radicalização da sistemática funcional na proposta de Jakobs. | 102 |
| 3.3. Considerações críticas | 105 |
| CAPÍTULO VI TEORIAS SOBRE FUNÇÕES, FINS E JUSTIFICAÇÕES DA PENA | |
| 1. Generalidades..... | 108 |
| 2. Teorias sobre a pena..... | 110 |
| 3. Teorias absolutas ou retributivas da pena | 111 |
| 3.1. Teoria de Kant | 113 |
| 3.2. Teoria de Hegel | 116 |
| 3.3. Outras teses retribucionistas da pena | 117 |
| 3.4. Considerações críticas | 118 |
| 4. Teorias relativas ou preventivas da pena | 120 |
| 4.1. A prevenção geral | 121 |
| 4.1.1. A prevenção geral negativa..... | 121 |
| 4.1.2. A prevenção geral positiva | 125 |
| 4.1.3. A prevenção geral positiva fundamentadora..... | 127 |
| 4.2. A prevenção especial | 130 |
| 5. A teoria mista ou unificadora da pena..... | 133 |
| 5.1. A teoria unificadora dialética de Roxin | 135 |
| 6. Modernas teorias de justificação da pena | 137 |
| 6.1. A prevenção geral positiva limitadora | 138 |
| CAPÍTULO VII SISTEMAS PENITENCIÁRIOS | |
| 1. Sistema pensilvânico ou celular | 142 |
| 1.1. Origens históricas | 142 |
| 1.2. Características e objetivos do sistema..... | 143 |
| 2. Sistema auburniano..... | 144 |
| 2.1. Origens históricas | 144 |
| 2.2. Características e objetivos do sistema..... | 145 |
| 2.3. Sistemas pensilvânico e auburniano: semelhanças e diferenças | 146 |

| | | |
|------|--|-----|
| 3. | Sistemas progressivos..... | 148 |
| 3.1. | Sistema progressivo inglês ou <i>mark system</i> | 148 |
| 3.2. | Sistema progressivo irlandês..... | 149 |
| 3.3. | Sistema de Montesinos..... | 151 |
| 4. | Algumas causas da crise do sistema progressivo | 151 |

CAPÍTULO VIII | A NORMA PENAL

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | Considerações preliminares..... | 154 |
| 2. | Técnica legislativa do Direito Penal: normas incriminadoras e não incriminadoras | 157 |
| 3. | Fontes do Direito Penal..... | 159 |
| 4. | Da interpretação das leis penais | 165 |
| 4.1. | As diversas modalidades de interpretação em matéria penal .. | 167 |
| 4.1.1. | Interpretação quanto às fontes: autêntica, jurisprudencial e doutrinária | 167 |
| 4.1.2. | Interpretação quanto aos meios: gramatical, histórica, lógica e sistemática..... | 170 |
| 4.1.3. | Interpretação quanto aos resultados: declarativa, extensiva e restritiva | 175 |
| 5. | A analogia e sua aplicação <i>in bonam partem</i> | 176 |
| 5.1. | Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo..... | 178 |
| 5.2. | Analogia <i>in bonam partem</i> | 179 |
| 6. | Leis penais em branco | 181 |
| 7. | Funções e conteúdo da norma penal..... | 183 |

CAPÍTULO IX | LEI PENAL NO TEMPO

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Considerações introdutórias..... | 185 |
| 2. | Princípios da lei penal no tempo..... | 186 |
| 2.1. | Irretroatividade da lei penal | 186 |
| 2.2. | Retroatividade e ultratividade da lei mais benigna | 187 |
| 3. | Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo | 189 |
| 3.1. | Continuidade normativo-típica e suas limitações: irretroatividade da lei penal mais grave..... | 193 |
| 3.1.1. | O princípio da continuidade normativo-típica e a irretroatividade da lei penal..... | 193 |

| | |
|---|-----|
| 3.1.2. Impossibilidade de aplicar-se o princípio da continuidade delitiva típica quando a lei revogadora tipificar crime mais grave | 198 |
| 4. Lei intermediária e conjugação de leis | 199 |
| 5. Leis excepcionais e temporárias..... | 201 |
| 6. Retroatividade das leis penais em branco | 203 |
| 7. Retroatividade e lei processual..... | 205 |
| 8. Tempo do crime | 207 |
| 8.1. Retroatividade da lei penal mais grave em crime “continuado” ou “permanente”: Súmula 711 do STF..... | 208 |

CAPÍTULO X | LEI PENAL NO ESPAÇO

| | |
|--|-----|
| 1. Princípios dominantes | 211 |
| 2. Conceito de território nacional..... | 213 |
| 3. Lugar do crime..... | 215 |
| 4. Extraterritorialidade..... | 216 |
| 5. Lei penal em relação às pessoas..... | 218 |
| 5.1. Imunidade diplomática | 218 |
| 5.2. Imunidade parlamentar..... | 219 |
| 5.3. Da imunidade parlamentar a partir da Emenda Constitucional n. 35/2001 | 221 |
| 5.4. A imunidade processual e prisional..... | 222 |
| 6. Extradicação | 223 |
| 6.1. Conceito e espécies de extradicação..... | 224 |
| 6.2. Princípios e condições da extradicação..... | 225 |
| 6.3. Requisitos para a concessão de extradicação..... | 226 |
| 6.4. Procedimento do processo de extradicação..... | 228 |
| 6.5. Limitações à extradicação | 229 |
| 7. Deportação e expulsão | 231 |
| 8. O Tribunal Penal Internacional | 231 |
| 8.1. Tribunal Penal Internacional, prisão perpétua e princípio de humanidade | 235 |
| 9. Controle jurisdicional de convencionalidade das leis..... | 238 |

CAPÍTULO XI | CONFLITO APARENTE DE NORMAS

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações gerais | 244 |
| 2. Princípios regentes do conflito aparente de normas..... | 244 |

| | |
|--|-----|
| 2.1. Princípio da especialidade..... | 245 |
| 2.2. Princípio da subsidiariedade..... | 245 |
| 2.3. Princípio da consunção..... | 246 |
| 3. Antefato e pós-fato impuníveis..... | 248 |

SEGUNDA PARTE
TEORIA GERAL DO DELITO

CAPÍTULO XII | A EVOLUÇÃO DA TEORIA GERAL DO DELITO

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações preliminares..... | 251 |
| 2. O modelo positivista do século XIX..... | 252 |
| 3. O modelo neokantista..... | 254 |
| 4. O ontologismo do finalismo de Welzel..... | 256 |
| 5. Pós-finalismo: os modelos funcionalistas..... | 259 |

CAPÍTULO XIII | CONCEITO DE CRIME

| | |
|--|-----|
| 1. Antecedentes da moderna teoria do delito..... | 262 |
| 2. O conceito clássico de delito..... | 263 |
| 3. O conceito neoclássico de delito..... | 265 |
| 4. O conceito de delito no finalismo..... | 266 |
| 5. O conceito analítico de crime..... | 267 |
| 6. A definição legal de crime no Brasil..... | 269 |
| 7. Classificação das infrações penais..... | 270 |
| 7.1. Classificação tripartida e bipartida..... | 270 |
| 7.2. Crimes doloso, culposo e preterdoloso..... | 270 |
| 7.3. Crimes comissivo, omissivo e comissivo-omissivo..... | 271 |
| 7.4. Crimes instantâneo e permanente..... | 271 |
| 7.5. Crimes material, formal e de mera conduta..... | 272 |
| 7.6. Crimes de dano e de perigo..... | 273 |
| 7.7. Crimes unissubjetivo e plurissubjetivo..... | 274 |
| 7.8. Crimes unissubsistente e plurissubsistente..... | 274 |
| 7.9. Crimes comum, próprio e de mão própria..... | 274 |
| 7.10. Crimes de ação única, de ação múltipla e de dupla subjetividade..... | 275 |
| 7.11. Crimes complexos..... | 275 |
| 7.12. Crimes permanentes e crimes de efeitos permanentes..... | 276 |

CAPÍTULO XIV | A CONDUTA PUNÍVEL

| | |
|------------------------------|-----|
| 1. Considerações gerais..... | 279 |
| 2. Teorias da ação..... | 281 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 2.1. | Teoria causal-naturalista da ação | 281 |
| 2.2. | Teoria final da ação | 282 |
| 2.3. | Teoria social da ação..... | 285 |
| 2.3.1. | Inconsistência das controvérsias entre as teorias final e social do conceito de ação | 287 |
| 2.4. | Teoria da ação significativa | 289 |
| 3. | Ausência de ação e de omissão..... | 292 |
| 4. | Os sujeitos da ação..... | 295 |
| 4.1. | Os sujeitos ativo e passivo da ação..... | 295 |
| 4.2. | A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime..... | 296 |

CAPÍTULO XV | A OMISSÃO E SUAS FORMAS

| | | |
|------|---|-----|
| 1. | Considerações gerais | 301 |
| 2. | Crimes omissivos próprios | 302 |
| 3. | Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão..... | 303 |
| 3.1. | Pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio..... | 304 |
| 4. | Fontes originadoras da posição de garantidor | 305 |
| 4.1. | Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância | 305 |
| 4.2. | De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado..... | 306 |
| 4.3. | Com o comportamento anterior, cria o risco da ocorrência do resultado | 307 |

CAPÍTULO XVI | RELAÇÃO DE CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | Considerações gerais..... | 309 |
| 2. | Teoria da equivalência das condições ou <i>conditio sine qua non</i> | 310 |
| 3. | Limitações do alcance da teoria da <i>conditio sine qua non</i> | 312 |
| 3.1. | Localização do dolo e da culpa no tipo penal..... | 312 |
| 3.2. | Causas (concausas) absolutamente independentes..... | 313 |
| 3.2.1. | Causas relativamente independentes..... | 313 |
| 3.3. | Superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado | 315 |
| 4. | Outras teorias da causalidade..... | 317 |
| 5. | A relevância causal da omissão | 319 |
| 6. | A teoria da imputação objetiva e âmbito de aplicação..... | 320 |
| 6.1. | Considerações críticas..... | 330 |

CAPÍTULO XVII | TIPO E TIPCIDADE

| | | |
|----|--|-----|
| 1. | Fases da evolução da teoria do tipo..... | 332 |
| 2. | Tipo e tipicidade | 337 |

| | | |
|------|--|-----|
| 2.1. | Noção de tipo | 337 |
| 2.2. | Juízo de tipicidade..... | 338 |
| 2.3. | Tipicidade | 339 |
| 2.4. | Funções do tipo penal | 339 |
| 3. | Bem jurídico e conteúdo do injusto | 341 |
| 4. | Elementos estruturais do tipo | 342 |

CAPÍTULO XVIII | TIPO DE INJUSTO DOLOSO

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | Tipo objetivo..... | 345 |
| 1.1. | O autor da ação | 345 |
| 1.2. | Ação ou omissão | 346 |
| 1.3. | Resultado | 346 |
| 1.4. | Nexo causal e imputação objetiva | 347 |
| 2. | Tipo subjetivo | 347 |
| 2.1. | Elemento subjetivo geral: dolo | 348 |
| 2.1.1. | Definição de dolo | 348 |
| 2.1.2. | Teorias do dolo | 349 |
| 2.1.3. | Elementos do dolo..... | 351 |
| 2.1.4. | Espécies de dolo: direto e eventual | 353 |
| 2.2. | Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto | 357 |
| 2.2.1. | Delitos de intenção..... | 358 |
| 2.2.2. | Delitos de tendência | 359 |
| 2.2.3. | Momentos especiais de ânimo | 360 |
| 2.2.4. | Especiais motivos de agir..... | 360 |
| 3. | Erro de tipo..... | 362 |
| 4. | Princípios da adequação social e da insignificância | 362 |
| 4.1. | Princípio da adequação social | 362 |
| 4.2. | Princípio da insignificância | 363 |

CAPÍTULO XIX | TIPO DE INJUSTO CULPOSO

| | | |
|------|---|-----|
| 1. | Definição do tipo de injusto culposo | 364 |
| 2. | Elementos do tipo de injusto culposo | 367 |
| 2.1. | Inobservância do cuidado objetivo devido e princípio da confiança | 367 |
| 2.2. | Produção de um resultado e nexos causal | 369 |
| 2.3. | Previsibilidade objetiva do resultado | 370 |
| 2.4. | Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado | 371 |

| | |
|---|-----|
| 3. Modalidades de culpa | 372 |
| 4. Espécies de culpa | 374 |
| 4.1. Culpa consciente ou com representação..... | 375 |
| 4.2. Culpa inconsciente ou sem representação..... | 376 |
| 4.3. Culpa imprópria ou culpa por assimilação..... | 376 |
| 5. Distinção entre dolo eventual e culpa consciente..... | 378 |
| 6. Concorrência e compensação de culpas..... | 379 |
| 7. Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado..... | 380 |

CAPÍTULO XX | A ANTIJURIDICIDADE

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações gerais. Antecedentes da antijuridicidade..... | 381 |
| 2. Terminologia: antijuridicidade e injusto. Antinormatividade e antijuridicidade. Ilicitude e antijuridicidade..... | 383 |
| 3. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material | 384 |
| 3.1. Concepção unitária de antijuridicidade..... | 386 |
| 4. Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica..... | 387 |
| 4.1. Antijuridicidade penal e antijuridicidade extrapenal: ilicitude única e independência de instâncias | 389 |
| 5. Desvalor da ação e desvalor do resultado..... | 392 |

CAPÍTULO XXI | CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 1. Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação..... | 395 |
| 2. Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação..... | 397 |
| 3. Consentimento do ofendido como causa supralegal de justificação.. | 398 |
| 4. Excesso nas causas de justificação..... | 401 |
| 5. Estado de necessidade | 402 |
| 5.1. Estado de necessidade “justificante” e estado de necessidade “exculpante” | 404 |
| 5.1.1. Estado de necessidade e colisão de deveres..... | 407 |
| 5.2. Requisitos do estado de necessidade..... | 409 |
| 5.2.1. Existência de perigo atual e inevitável | 410 |
| 5.2.2. Direito (bem jurídico) próprio ou alheio | 411 |
| 5.2.3. Não provocação voluntária do perigo..... | 412 |
| 5.2.4. Inevitabilidade do perigo por outro meio | 413 |
| 5.2.5. Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado..... | 413 |
| 5.2.6. Elemento subjetivo: finalidade de salvar o bem do perigo..... | 414 |
| 5.2.7. Ausência de dever legal de enfrentar o perigo..... | 414 |
| 5.3. Causa de diminuição de pena (minorante) | 415 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 6. | Legítima defesa | 415 |
| 6.1. | Considerações gerais | 415 |
| 6.2. | Fundamento e natureza jurídica | 416 |
| 6.3. | Conceito e requisitos | 417 |
| 6.3.1. | Agressão injusta, atual ou iminente | 417 |
| 6.3.2. | Direito (bem jurídico) próprio ou alheio | 420 |
| 6.3.3. | Meios necessários, usados moderadamente (proporcionalidade) | 420 |
| 6.3.4. | Elemento subjetivo: <i>animus defendendi</i> | 422 |
| 6.4. | Legítima defesa sucessiva e recíproca | 422 |
| 6.5. | Legítima defesa e estado de necessidade | 423 |
| 6.6. | Legítima defesa de vítima mantida refém durante prática de crimes | 423 |
| 7. | Outras excludentes de criminalidade | 426 |
| 7.1. | Estrito cumprimento de dever legal | 427 |
| 7.2. | Exercício regular de direito | 428 |
| 7.3. | <i>Offendiculas</i> | 430 |
| 7.4. | O excesso nas causas de justificação à luz da Reforma Penal de 1984 | 430 |

CAPÍTULO XXII | A CULPABILIDADE

| | | |
|------|--|-----|
| 1. | Considerações introdutórias | 433 |
| 2. | Culpabilidade como predicado do crime | 435 |
| 3. | Antecedentes das modernas teorias da culpabilidade | 438 |
| 4. | Teoria psicológica da culpabilidade | 438 |
| 4.1. | Crítica à teoria psicológica | 440 |
| 5. | Precursos da teoria psicológico-normativa da culpabilidade | 441 |
| 6. | Teoria psicológico-normativa da culpabilidade | 443 |
| 6.1. | Crítica à teoria psicológico-normativa | 444 |

CAPÍTULO XXIII | TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE: SIGNIFICADO, CRISE E EVOLUÇÃO

| | | |
|------|--|-----|
| 1. | Considerações genéricas | 446 |
| 2. | Definição e fundamento da culpabilidade normativa pura | 448 |
| 3. | Elementos da culpabilidade normativa pura | 453 |
| 3.1. | Imputabilidade | 453 |
| 3.2. | Possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato | 454 |
| 3.3. | Exigibilidade de obediência ao Direito | 455 |

| | | |
|----|---|-----|
| 4. | A importância da teoria finalista da ação para a teoria normativa pura da culpabilidade | 456 |
| 5. | Os problemas do livre-arbítrio na fundamentação da reprovação de culpabilidade..... | 457 |
| 6. | Crise da teoria normativa pura da culpabilidade | 462 |
| 7. | O conceito funcional de culpabilidade..... | 463 |
| | 7.1. Culpabilidade e prevenção na visão de Roxin..... | 463 |
| | 7.2. Culpabilidade e prevenção na visão de Jakobs | 465 |
| 8. | A teoria da motivabilidade pelas normas..... | 466 |

CAPÍTULO XXIV | EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE

| | | |
|----|--|-----|
| 1. | Inimputabilidade e culpabilidade diminuída..... | 470 |
| | 1.1. Imputabilidade e sistemas adotados | 470 |
| | 1.2. Inimputabilidade..... | 472 |
| | 1.2.1. Responsabilidade do menor de idade pela prática de ato infracional (ECA)..... | 473 |
| | 1.2.2. Maioridade penal: movimento criminalizador..... | 474 |
| | 1.3. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado..... | 478 |
| | 1.4. Culpabilidade diminuída | 480 |
| | 1.5. Consequências jurídico-penais | 481 |
| 2. | Coação moral irresistível e obediência hierárquica | 482 |
| | 2.1. Coação moral irresistível..... | 483 |
| | 2.2. Obediência hierárquica | 485 |
| | 2.2.1. Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar | 487 |
| 3. | A emoção e a paixão | 488 |
| 4. | A embriaguez e substâncias de efeitos análogos..... | 490 |
| | 4.1. Generalidades e <i>actio libera in causa</i> | 490 |
| | 4.2. Formas ou modalidades de embriaguez..... | 494 |
| | 4.2.1. Embriaguez não acidental: intencional ou culposa | 494 |
| | 4.2.2. Embriaguez acidental: caso fortuito ou força maior... .. | 495 |
| | 4.2.3. Embriaguez preordenada..... | 497 |
| | 4.2.4. Embriaguez habitual e patológica..... | 498 |
| 5. | Erro de proibição | 498 |
| 6. | Caso fortuito e força maior | 499 |

CAPÍTULO XXV | ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

| | | |
|----|-----------------------------------|-----|
| 1. | Considerações introdutórias | 501 |
|----|-----------------------------------|-----|

| | | |
|------|--|-----|
| 2. | Ausência de conhecimento da ilicitude e ignorância da lei..... | 502 |
| 3. | Teorias do dolo e da culpabilidade..... | 505 |
| 4. | Teoria dos elementos negativos do tipo..... | 510 |
| 5. | Erro de tipo e erro de proibição..... | 511 |
| 5.1. | Erro sobre elementos normativos especiais da ilicitude..... | 514 |
| 6. | Erro sobre pressuposto objetivo da causa de justificação..... | 517 |
| 6.1. | Um erro <i>sui generis</i> : considerações críticas..... | 519 |
| 6.2. | “Erro culposo” não se confunde com “crime culposo”..... | 520 |
| 7. | Modalidades de erro sobre a ilicitude..... | 522 |
| 7.1. | Erro de proibição direto..... | 523 |
| 7.2. | Erro mandamental..... | 523 |
| 7.3. | Erro de proibição indireto..... | 524 |
| 8. | A discutível escusabilidade de determinados erros..... | 525 |

CAPÍTULO XXVI | CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1. | Crime consumado..... | 528 |
| 2. | Tentativa..... | 529 |
| 3. | <i>Iter criminis</i> | 530 |
| 4. | Distinção entre atos preparatórios e atos executórios..... | 532 |
| 5. | Natureza e tipicidade da tentativa..... | 534 |
| 6. | Elementos da tentativa..... | 534 |
| 7. | Espécies ou formas de tentativas..... | 536 |
| 8. | Punibilidade da tentativa..... | 537 |
| 9. | Infrações que não admitem tentativa..... | 537 |
| 10. | Desistência voluntária..... | 539 |
| 11. | Arrependimento eficaz..... | 540 |
| 12. | Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz..... | 541 |
| 13. | Crime impossível ou tentativa inidônea..... | 542 |
| 13.1. | Punibilidade do crime impossível..... | 543 |
| 14. | Crime putativo..... | 543 |
| 15. | Flagrante provocado..... | 543 |

CAPÍTULO XXVII | CONCURSO DE PESSOAS

| | | |
|----|--|-----|
| 1. | Introdução..... | 547 |
| 2. | Teorias sobre o concurso de pessoas..... | 548 |
| 3. | Causalidade física e psíquica..... | 551 |
| 4. | Requisitos do concurso de pessoas..... | 553 |
| 5. | Autoria..... | 554 |

| | |
|--|-----|
| 5.1. Conceito extensivo de autor..... | 555 |
| 5.2. Conceito restritivo de autor | 556 |
| 5.3. Teoria do domínio do fato | 558 |
| 6. Autoria mediata | 560 |
| 7. Coautoria..... | 562 |
| 8. Participação em sentido estrito..... | 562 |
| 8.1. Espécies de participação..... | 563 |
| 8.2. Fundamento da punibilidade da participação..... | 565 |
| 8.3. Princípio da acessoriedade da participação | 566 |
| 9. Concurso em crime culposo | 568 |
| 10. Concurso em crimes omissivos | 569 |
| 11. Autoria colateral | 570 |
| 12. Multidão delinquente..... | 571 |
| 13. Participação impunível..... | 572 |
| 14. Punibilidade do concurso de pessoas..... | 572 |
| 14.1. Participação de menor importância..... | 573 |
| 14.2. Cooperação dolosamente distinta | 574 |
| 15. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares | 575 |

TERCEIRA PARTE

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO

CAPÍTULO XXVIII | HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações introdutórias..... | 577 |
| 2. A Antiguidade | 578 |
| 3. A Idade Média | 580 |
| 4. A Idade Moderna | 582 |
| 5. Causas que levaram à transformação da prisão-custódia em prisão-pena..... | 585 |
| 6. Início e fim de um mito | 593 |
| 7. Análise político-criminal da reincidência | 598 |
| 8. O objetivo ressocializador na visão da Criminologia Crítica | 600 |
| 8.1. Algumas sugestões de Alessandro Baratta para combater a delinquência..... | 602 |
| 9. O objetivo ressocializador “mínimo” | 608 |

CAPÍTULO XXIX | PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

| | |
|------------------------------|-----|
| 1. Considerações gerais..... | 610 |
| 2. Reclusão e detenção | 615 |
| 3. Regimes penais..... | 617 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 3.1. | Regras do regime fechado | 617 |
| 3.2. | Regras do regime semiaberto | 618 |
| 3.2.1. | Concessão de trabalho externo, desde o início da pena | 618 |
| 3.3. | Regras do regime aberto | 621 |
| 3.4. | Regras do regime disciplinar diferenciado | 622 |
| 4. | Regime inicial | 623 |
| 4.1. | Regime inicial nos crimes hediondos | 626 |
| 5. | Prisão domiciliar | 626 |
| 6. | Progressão e regressão de regimes | 628 |
| 6.1. | Pressuposto da progressão: existência de estabelecimento penal adequado | 628 |
| 6.2. | Progressão de regime | 629 |
| 6.2.1. | Inconstitucionalidade do art. 112 da LEP com redação determinada pela Lei n. 13.964/2019 relativa à progressão de regime nos crimes hediondos | 631 |
| 6.2.2. | A progressão nos crimes hediondos a partir da Lei n. 9.455/97 | 634 |
| 6.2.3. | A progressão nos crimes hediondos a partir da Lei n. 11.464/2007 | 638 |
| 6.2.4. | Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória (Súmula 716 do STF) | 639 |
| 6.3. | Regressão de regime | 640 |
| 6.4. | Requisitos da progressão de regime | 640 |
| 7. | Exame criminológico | 643 |
| 7.1. | Exame criminológico e exame de personalidade | 644 |
| 7.2. | Obrigatoriedade do exame criminológico | 645 |
| 8. | Detração penal | 646 |
| 9. | Trabalho prisional | 649 |
| 10. | Remição pelo trabalho e pelo estudo | 649 |
| 10.1. | Remição pelo trabalho em regime aberto: possibilidade segundo os princípios da isonomia e da analogia | 652 |
| 10.2. | Prática de falta grave pode revogar a remição de até 1/3 (um terço) da pena remida | 655 |
| 10.3. | Prescrição de falta grave praticada após cinco anos de remição | 656 |
| 11. | Regime disciplinar diferenciado | 657 |
| 11.1. | Considerações preliminares | 657 |
| 11.2. | A previsão legal do regime disciplinar diferenciado | 660 |

| | |
|---|-----|
| 12. Unificação de penas: ilegalidade da alteração do marco inicial dos benefícios | 665 |
|---|-----|

CAPÍTULO XXX | PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

| | |
|---|-----|
| 1. Considerações gerais | 667 |
| 2. Antecedentes das penas alternativas | 668 |
| 3. Cominação e aplicação das penas alternativas..... | 672 |
| 4. Impossibilidade da execução antecipada de pena restritiva de direitos | 675 |
| 5. Requisitos ou pressupostos necessários à substituição | 677 |
| 5.1. Novos aspectos nos critérios orientadores da substituição | 682 |
| 5.1.1. Substituição nos crimes culposos..... | 682 |
| 5.1.2. Anormalidade das circunstâncias: (in)suficiência da substituição da pena de prisão no homicídio culposo de trânsito..... | 682 |
| 5.1.3. Substituição nas penas de até um ano de prisão | 687 |
| 5.1.4. Substituição nas penas de até seis meses de prisão..... | 688 |
| 5.1.5. Limitação de substituição de pena de prisão em crimes específicos | 688 |
| 6. Espécies de penas restritivas..... | 689 |
| 6.1. Prestação pecuniária | 689 |
| 6.1.1. Definição e destinatários da “prestação pecuniária” ... | 689 |
| 6.1.2. Injustificada limitação da “compensação”: condenação em ação reparatória | 690 |
| 6.1.3. Possibilidade de estender a “compensação” às conciliações cíveis..... | 690 |
| 6.1.4. Sanção penal fixada em salários mínimos: duvidosa constitucionalidade | 690 |
| 6.2. Perda de bens e valores | 691 |
| 6.2.1. Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação” | 691 |
| 6.2.2. Limites do confisco | 692 |
| 6.3. Prestação de outra natureza (inominada) | 692 |
| 6.3.1. Natureza consensual dessa “conversão” | 693 |
| 6.3.2. “Conversão” somente da “prestação pecuniária”: seu fundamento..... | 693 |
| 6.4. Limitação de fim de semana..... | 694 |
| 6.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.. | 697 |
| 6.6. Interdição temporária de direitos | 702 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 7. | Penas restritivas como incidente de execução | 708 |
| 8. | Conversão das penas restritivas de direitos..... | 710 |
| 8.1. | Novos aspectos relativos à conversão..... | 710 |
| 8.1.1. | Coercibilidade da conversão..... | 711 |
| 8.1.2. | Limite temporal da conversão e detração penal..... | 711 |
| 8.1.3. | Ressalva: <i>quantum</i> mínimo de conversão..... | 711 |
| 8.1.4. | Exclusão das penas pecuniárias da “conversibilidade” à pena de prisão | 712 |
| 8.2. | Causas gerais de conversão | 713 |
| 8.3. | Causas especiais de conversão..... | 716 |
| 9. | Consentimento do condenado..... | 719 |
| 10. | Crimes hediondos e a Lei n. 9.714/98 | 720 |
| 11. | Conflito político-criminal entre as Leis n. 9.714/98 e 9.099/95 | 723 |
| 11.1. | Lesão corporal leve dolosa, ameaça e constrangimento ilegal. | 724 |
| 12. | Limites das novas penas alternativas e a suspensão condicional do processo | 724 |
| 12.1. | Divergência quanto aos requisitos de admissibilidade | 726 |
| 13. | Novas penas alternativas e prisão processual: incompatibilidade | 727 |

CAPÍTULO XXXI | APLICAÇÃO SUBSTITUTIVA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS LEIS N. 9.503/97 E 9.605/98

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Considerações gerais | 730 |
| 2. | Aplicação dos institutos penais da Lei n. 9.099/95 aos crimes tipificados no Código de Trânsito Brasileiro: interpretação do art. 291 ... | 730 |
| 2.1. | Interpretação e aplicação do art. 291 e parágrafo único, conforme a redação originária do CTB (antes da alteração produzida pela Lei n. 11.705/2008) | 732 |
| 2.2. | Interpretação e aplicação do art. 291 após a alteração produzida pela Lei n. 11.705/2008 | 737 |
| 2.3. | Interpretação e aplicação do art. 291 após a entrada em vigor da Lei n. 12.971/2014..... | 740 |
| 3. | Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” nas infrações definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98) | 741 |
| 3.1. | Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98)..... | 742 |
| 3.1.1. | A transação penal na nova Lei Ambiental | 742 |
| 3.1.2. | Prévia composição ou prévia reparação do dano..... | 743 |
| 3.1.3. | Comprovada impossibilidade de composição do dano..... | 745 |

| | |
|--|-----|
| 3.1.4. A suspensão condicional do processo | 745 |
| 3.1.5. Limites constitucionais da transação penal..... | 747 |

CAPÍTULO XXXII | A PENA DE MULTA

| | |
|---|-----|
| 1. Considerações gerais | 749 |
| 2. Origens das penas pecuniárias..... | 750 |
| 3. Conceito e tipos de penas pecuniárias | 751 |
| 4. Origem do sistema dias-multa | 754 |
| 5. O Direito Penal positivo brasileiro | 756 |
| 5.1. Cominação e aplicação da pena de multa..... | 756 |
| 5.2. O sistema dias-multa..... | 757 |
| 5.3. Limites da pena de multa | 757 |
| 5.4. Multa substitutiva | 759 |
| 5.5. Dosimetria da pena de multa — sistema trifásico adotado pela Reforma Penal de 1984..... | 759 |
| 5.6. As três fases do cálculo da pena de multa..... | 761 |
| 6. Aplicação na legislação extravagante | 764 |
| 7. Fase executória da pena pecuniária | 765 |
| 7.1. Pagamento da multa | 765 |
| 7.2. Formas de pagamento da multa | 766 |
| 7.3. Conversão da multa na versão da Reforma Penal de 1984..... | 767 |
| 7.4. Destinação do resultado da multa penal..... | 769 |
| 8. Prescrição da pena de multa e a inércia estatal | 770 |

CAPÍTULO XXXIII | CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES LEGAIS OBRIGATÓRIAS

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações preliminares | 772 |
| 2. Circunstâncias agravantes genéricas de aplicação obrigatória | 773 |
| 2.1. A definição legal do instituto da reincidência | 773 |
| 2.2. A motivação agravante, quando não constitui ou qualifica o crime | 774 |
| 2.2.1. Ter o agente cometido o crime: a) por motivo fútil ou torpe | 774 |
| 2.3. Finalidades agravantes, quando não constituem ou qualificam o crime..... | 776 |
| 2.4. Modos agravantes, quando não constituem ou qualificam o crime | 777 |
| 2.5. Meios que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime | 778 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 2.6. | Outras agravantes, quando não constituem ou qualificam o crime..... | 782 |
| 2.6.1. | Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (II, e) | 782 |
| 2.6.2. | Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (II, f) | 783 |
| 2.6.3. | Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (II, g) | 784 |
| 2.6.4. | Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (II, h) | 785 |
| 2.6.5. | Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (II, i) | 786 |
| 2.6.6. | Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (II, j) | 786 |
| 2.6.7. | Em estado de embriaguez preordenada (II, l) | 787 |
| 3. | Agravantes na hipótese de concurso de pessoas | 788 |
| 3.1. | Promover, organizar a cooperação no crime ou dirigir a atividade dos demais agentes | 788 |
| 3.2. | Coage ou induz outrem à execução material do crime | 789 |
| 3.3. | Instigue ou determine a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal..... | 790 |
| 3.4. | Execute o crime, ou nele participe, mediante paga ou promessa de recompensa | 792 |
| 4. | Circunstâncias atenuantes genéricas de aplicação obrigatória | 793 |
| 4.1. | Ser o agente menor de 21 anos, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença (I) | 793 |
| 4.2. | O desconhecimento da lei como atenuante legal (II)..... | 794 |
| 4.3. | Motivo de relevante valor social ou moral (III, a) | 795 |
| 4.3.1. | Por motivo de relevante valor social..... | 795 |
| 4.3.2. | Por motivo de relevante valor moral | 796 |
| 4.4. | Arrependimento eficiente ou reparação do dano (III, b) | 796 |
| 4.5. | Coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior (III, c) | 796 |
| 4.6. | Ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (III, c) | 798 |

| | |
|--|-----|
| 4.7. Confissão espontânea (III, <i>d</i>) | 801 |
| 4.8. Influência de multidão em tumulto (III, <i>e</i>) | 803 |
| 5. Atenuantes inominadas, anteriores ou posteriores ao crime | 803 |

CAPÍTULO XXXIV | APLICAÇÃO DA PENA

| | |
|--|-----|
| 1. Individualização da pena aplicável | 805 |
| 2. Circunstâncias e elementares do crime | 806 |
| 3. Circunstâncias judiciais..... | 807 |
| 3.1. Circunstâncias judiciais nos denominados “crimes societários”..... | 811 |
| 4. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas | 813 |
| 4.1. Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes..... | 814 |
| 5. Causas de aumento e de diminuição da pena..... | 815 |
| 6. A existência simultânea de qualificadoras não autoriza sua conversão em agravantes ou causas de aumento | 816 |
| 7. Dosimetria da pena | 825 |
| 7.1. Pena-base: circunstâncias judiciais | 826 |
| 7.1.1. Critério de proporcionalidade matemática na valoração de circunstâncias judiciais | 828 |
| 7.2. Pena provisória: agravantes e atenuantes | 830 |
| 7.2.1. Pena aquém do mínimo: uma garantia constitucional | 830 |
| 7.3. Pena definitiva | 834 |

CAPÍTULO XXXV | APLICAÇÃO DE PENA NOS CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações preliminares | 836 |
| 2. Inconstitucionalidade da não quesitação de agravantes aos jurados | 837 |
| 3. Considerações sobre a metodologia na fixação da pena no Tribunal do Júri..... | 840 |
| 4. Três vetoriais judiciais negativas: circunstâncias, culpabilidade e conseqüências do crime | 842 |
| 5. Reconhecimento e análise de agravantes legais — pena provisória ... | 845 |
| 5.1. A indevida conversão da 2ª qualificadora em agravante genérica (art. 61, II, <i>a</i>)..... | 846 |
| 5.2. Promover, organizar a cooperação no crime ou dirigir a atividade dos demais agentes | 849 |
| 6. Prisão automática decorrente de condenação pelo Tribunal do Júri.. | 851 |
| 7. Autorização excepcional de prisão pelo Tribunal do Júri com condenação superior a 15 anos de reclusão | 854 |

CAPÍTULO XXXVI | CONCURSO DE CRIMES

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | Considerações introdutórias..... | 857 |
| 2. | Sistemas de aplicação da pena | 857 |
| 3. | Espécies de concurso de crimes..... | 858 |
| 3.1. | Concurso material..... | 858 |
| 3.2. | Concurso formal | 858 |
| 3.3. | Crime continuado | 859 |
| 3.3.1. | Origem histórica | 859 |
| 3.3.2. | Definição do crime continuado | 859 |
| 3.3.3. | Natureza jurídica do crime continuado | 860 |
| 3.3.4. | Teorias do crime continuado | 861 |
| 3.3.5. | Requisitos do crime continuado | 862 |
| 3.3.6. | Crime continuado específico | 864 |
| 3.3.7. | A (ir)retroatividade no crime continuado | 864 |
| 4. | Dosimetria da pena no concurso de crimes..... | 865 |
| 5. | Erro na execução — <i>aberratio ictus</i> | 866 |
| 5.1. | Qualidades da vítima | 867 |
| 6. | Resultado diverso do pretendido | 868 |
| 7. | Limite de cumprimento da pena de prisão | 868 |
| 7.1. | A questionável elevação em um terço do máximo de cumprimento de pena..... | 869 |
| 7.2. | Desesperança do condenado e elevação de risco de motins e assassinatos | 871 |
| 7.3. | Unificação de penas para crimes praticados em períodos com vigência de limites distintos..... | 872 |

CAPÍTULO XXXVII | SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Origem e desenvolvimento do instituto | 874 |
| 2. | Conceito e denominação do instituto | 875 |
| 3. | Natureza jurídica | 877 |
| 4. | A suspensão condicional no Direito positivo brasileiro | 879 |
| 4.1. | Requisitos ou pressupostos necessários | 881 |
| 4.2. | Espécies de suspensão condicional | 885 |
| 4.2.1. | Condições do <i>sursis</i> | 887 |
| 4.3. | O período de prova..... | 887 |
| 4.3.1. | Causas de revogação obrigatória..... | 888 |
| 4.3.2. | Causas de revogação facultativa..... | 890 |
| 4.4. | Prorrogação do período de prova..... | 892 |
| 5. | Extinção da pena privativa de liberdade | 892 |

CAPÍTULO XXXVIII | LIVRAMENTO CONDICIONAL

| | | |
|------|--|-----|
| 1. | Origem e desenvolvimento do livramento condicional | 893 |
| 2. | Conceito e caracteres da liberdade condicional | 895 |
| 3. | Natureza jurídica da liberdade condicional | 896 |
| 4. | A liberdade condicional no Direito brasileiro | 897 |
| 5. | Requisitos ou pressupostos necessários | 898 |
| 5.1. | Requisitos ou pressupostos objetivos | 898 |
| 5.2. | Requisitos ou pressupostos subjetivos | 902 |
| 5.3. | Requisito específico..... | 907 |
| 6. | Condições do livramento condicional..... | 909 |
| 6.1. | Condições de imposição obrigatória | 909 |
| 6.2. | Condições de imposição facultativa | 911 |
| 7. | Causas de revogação do livramento condicional | 913 |
| 7.1. | Causas de revogação obrigatória..... | 913 |
| 7.2. | Causas de revogação facultativa..... | 915 |
| 8. | Suspensão do livramento condicional..... | 916 |
| 9. | Efeitos de nova condenação | 917 |
| 10. | Prorrogação do livramento e extinção da pena..... | 919 |

CAPÍTULO XXXIX | EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO

| | | |
|--------|---|-----|
| 1. | Efeitos gerais da condenação..... | 920 |
| 2. | Efeitos extrapenais | 920 |
| 2.1. | Efeitos genéricos | 920 |
| 2.2. | Confisco travestido de efeito da condenação..... | 923 |
| 2.2.1. | Inconstitucionalidade inquestionável do art. 91-A | 923 |
| 2.2.2. | Ilegalidade do confisco de bens de terceiros..... | 926 |
| 2.2.3. | Indispensável instrução paralela e forma procedimental desse confisco do art. 91-A..... | 926 |
| 2.2.4. | Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação” | 927 |
| 2.2.5. | Limites inexistentes do confisco previsto no art. 91-A | 928 |
| 2.3. | Efeitos específicos | 929 |
| 2.4. | Perda de cargo ou função pública, por condenação criminal a pena inferior a um ano..... | 932 |
| 3. | Reabilitação e seu alcance | 934 |
| 3.1. | Pressupostos e requisitos necessários..... | 935 |
| 3.2. | Efeitos da reabilitação..... | 936 |
| 3.3. | Revogação da reabilitação | 938 |
| 3.4. | Competência e recurso | 938 |

CAPÍTULO XL | MEDIDAS DE SEGURANÇA

| | | |
|-----|--|-----|
| 1. | Considerações introdutórias | 939 |
| 2. | Diferenças entre pena e medida de segurança | 940 |
| 3. | Princípio da legalidade | 940 |
| 4. | Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança .. | 940 |
| 5. | Espécies de medidas de segurança | 941 |
| 6. | Tipos de estabelecimentos | 942 |
| 7. | Prescrição e extinção da punibilidade | 943 |
| 8. | Prazo de duração da medida de segurança: limites mínimo e máximo | 944 |
| 9. | Execução, suspensão e extinção da medida de segurança | 946 |
| 10. | Substituição da pena por medida de segurança | 947 |
| 11. | Verificação da cessação de periculosidade | 949 |

CAPÍTULO XLI | A AÇÃO PENAL

| | | |
|------|--|-----|
| 1. | Considerações introdutórias | 950 |
| 2. | Espécies de ação penal | 951 |
| 2.1. | Ação penal pública | 951 |
| 2.2. | Ação penal privada | 952 |
| 3. | Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça | 954 |
| 3.1. | Irretratibilidade da representação | 954 |
| 4. | Decadência do direito de queixa e de representação | 955 |
| 4.1. | Renúncia ao direito de queixa | 956 |
| 4.2. | A renúncia nos Juizados Especiais Criminais | 958 |
| 5. | Perdão do ofendido | 959 |
| 5.1. | Divisão, extensão e aceitação do perdão | 959 |
| 5.2. | Limites temporais do perdão e da renúncia | 960 |
| 6. | A ação penal nos crimes complexos | 960 |

CAPÍTULO XLII | DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | Considerações gerais | 962 |
| 2. | Causas extintivas da punibilidade | 963 |
| 2.1. | Morte do agente | 963 |
| 2.2. | Anistia, graça e indulto | 963 |
| 2.2.1. | Dos limites e da natureza jurídico-constitucional do indulto | 964 |
| 2.3. | <i>Abolito criminis</i> | 967 |
| 2.4. | Prescrição, decadência e preempção | 968 |
| 2.5. | Renúncia e perdão | 968 |

| | | |
|------|----------------------------|-----|
| 2.6. | Retratação do agente | 968 |
| 2.7. | Perdão judicial | 969 |

CAPÍTULO XLIII | PRESCRIÇÃO

| | | |
|--------|--|------|
| 1. | Considerações introdutórias..... | 971 |
| 2. | Fundamentos políticos da prescrição..... | 973 |
| 3. | Espécies de prescrição: da pretensão punitiva e da pretensão executória | 974 |
| 3.1. | Prescrição da pretensão punitiva | 975 |
| 3.1.1. | Prescrição da pretensão punitiva abstrata..... | 975 |
| 3.2. | Prescrição da pretensão punitiva retroativa..... | 976 |
| 3.2.1. | Supressão de parcela da prescrição retroativa: inconstitucionalidade manifesta | 979 |
| 3.3. | Supressão de parcela do lapso prescricional e violação do princípio da proporcionalidade | 983 |
| 3.4. | Violação da garantia constitucional da duração razoável do processo..... | 988 |
| 3.5. | Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente.. | 993 |
| 3.6. | Prescrição da pretensão executória..... | 994 |
| 4. | Termo inicial da prescrição | 995 |
| 5. | Causas modificadoras do curso prescricional | 1001 |
| 6. | Causas suspensivas da prescrição (art. 116) | 1001 |
| 6.1. | Enquanto não for resolvida questão prejudicial (inciso I do art. 116)..... | 1001 |
| 6.2. | Enquanto o agente cumpre pena no exterior (inciso II do art. 116)..... | 1001 |
| 6.3. | Na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis (acrescido pela Lei n. 13.964/2019) | 1001 |
| 6.4. | Enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal (art. 28-A — acrescido pela Lei n. 13.964/2019 no CPP) | 1003 |
| 6.4.1. | Juízo de suficiência da prevenção e reprovação do crime | 1005 |
| 6.4.2. | A questionável constitucionalidade do “acordo de não persecução penal” | 1008 |
| 6.4.3. | A homologação judicial do acordo e a obrigação legal de confessar | 1009 |
| 6.5. | Imunidade parlamentar (art. 53, § 2º) | 1012 |

| | | |
|--------|--|------|
| 6.6. | Delação premiada em crimes praticados por organização criminosa | 1012 |
| 6.7. | Outras causas suspensivas da prescrição | 1012 |
| 6.7.1. | Suspensão condicional do processo | 1013 |
| 6.7.2. | Citação por edital, sem comparecimento ou constituição de defensor | 1013 |
| 6.7.3. | Citação através de roatória de acusado no estrangeiro..... | 1014 |
| 6.7.4. | Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do CPP: correção da Súmula 415 do STJ..... | 1015 |
| 7. | Causas interruptivas da prescrição | 1017 |
| 7.1. | Recebimento da denúncia ou da queixa (I)..... | 1017 |
| 7.2. | Pronúncia e sua confirmação (II e III) | 1018 |
| 7.3. | Publicação da sentença ou acórdão condenatório recorríveis (IV)..... | 1018 |
| 7.4. | Publicação de sentença condenatória recorrível..... | 1018 |
| 7.5. | Publicação de acórdão condenatório recorrível..... | 1019 |
| 7.5.1. | Acórdão condenatório não se confunde com acórdão confirmatório..... | 1020 |
| 7.5.2. | Início ou continuação do cumprimento da pena (V)... | 1023 |
| 7.5.3. | Início da execução provisória da pena não interrompe a prescrição..... | 1023 |
| 7.6. | Reincidência (VI) | 1024 |
| 8. | Considerações especiais sobre as causas interruptivas da prescrição. | 1026 |
| 8.1. | Recebimento da denúncia: causas de rejeição e absolvição sumária | 1026 |
| 8.2. | Recebimento da denúncia: contraditório antecipado e reflexo na prescrição | 1028 |
| 9. | Causas redutoras do prazo prescricional | 1029 |
| 10. | Prescrição da pena de multa..... | 1030 |
| 11. | A anulação parcial de sentença penal condenatória é ilegal e viola a Súmula 401 do STJ | 1031 |
| 12. | A prescrição penal na improbidade administrativa | 1032 |
| 12.1. | Prazo prescricional aplicável ao terceiro..... | 1034 |
| | <i>Bibliografia</i> | 1035 |